

**Emancipação  
sem terra  
é que não**

O tema da emancipação do índio brasileiro, que foi longamente debatido em mesa-redonda promovida pelo Estado, com a presença do presidente da Funai, de antropólogos e de sertanistas de renome, parece preocupar novamente o sr. ministro do Interior que, tudo o indica, deu mais uma guinada em sua posição a respeito do assunto. Primeiro, o sr. Rangel Reis era francamente favorável à aculturação dinâmica, à integração rápida do índio na sociedade brasileira e à sua emancipação. Chegou a fixar prazos para isso. Diante da reação dos antropólogos, dos indigenistas e da própria Funai, recuou, afirmando que não se pensava em apressar a aculturação e que os índios não sofreriam qualquer pressão nesse sentido. Isso trouxe alguma tranquilidade aos que se preocupam com o futuro da remanescente civilização indígena, fato que registramos em nossos editoriais.

Na mesa-redonda aqui realizada, ficou bem claro que a posição do governo federal era de não forçar a emancipação. Agora, às vésperas da viagem do presidente Geisel à tribo dos terebas, o ministro do Interior parece voltar atrás, retornando à posição inicial: há tribos que podem ser emancipadas e, dessa forma, nada justifica que continuem vivendo sob a proteção do Estatuto do Índio.

Já não se entende mais nada. Qual é, afinal, a posição do Ministério do Interior? A última, a primeira ou a próxima? Na entrevista que publicamos em nossa edição de terça-feira, o sr. Rangel Reis perde-se em uma confusão de conceitos e idéias, que dificultam a compreensão exata do seu pensamento. O sr. ministro confunde, por exemplo, emancipação de tribos com emancipação de indivíduos. E, ao contrário dos antropólogos e sertanistas que participaram da mesa-redonda promovida pelo Estado, todos com grande vivência do problema indígena, como Cláudio Vilas Boas e Apoena Meireles, afirma que há tribos que poderão emancipar-se.

Mas nenhuma revelou ainda esse desejo: pelo contrário, todas desejam continuar sob a proteção da Funai, pois sabem que seus membros, uma vez jogados na competição normal da sociedade brasileira, perderão tudo para os não-índios. Não fundo, e isso ficou perfeitamente claro naquele encontro, não se pode pensar em emancipação enquanto não for resolvido o problema da terra em que vivem. É preciso, primeiro e acima de tudo, garantir que a emancipação não venha a implicar perda da sua gleba, pois sem ela o índio transformar-se-á num marginal, em mais um posseiro a correr a selva em busca de um canto para plantar humilde roça. Pelo que se pode depreender da mesa-redonda, das afirmações do presidente da Funai e dos jornalistas que haviam participado de reuniões anteriores para a regulamentação do Estatuto do Índio, não há, até o momento, solução para o problema. E enquanto ela não surgir, enquanto não houver garantias legais de que a tribo emancipada não perderá sua terra, sob a pressão dos grandes proprietários rurais que olham a Amazônia com olhar cobiçoso, não se pode nem se deve pensar, sugerir, ou sequer falar em emancipação tribal.

Evidentemente, há casos de emancipação de indivíduos. A confusão do sr. Rangel Reis surge aqui, e dificilmente poderemos acreditar seja involuntária. Há abusos, sim, de alguns índios que não mais são índios. São vereadores, motoristas de praça e não querem emancipar-se, simplesmente para continuar beneficiando-se da legislação do indigenato, não respondendo perante a justiça comum nem pagando impostos. Não se trata, porém, de elementos representativos. O Estatuto do Índio não prevê, ao que parece, como agir em tais casos. Mas é simples, e a Funai já chegou a propor uma solução. Caberia à justiça comum, ao juiz local, decidir sobre a emancipação desses índios, individualmente. Se já abandonaram a vida tribal, se já se beneficiam francamente de todos os benefícios da civilização, se já vivem como todos os civilizados, devem arcar também com as mesmas responsabilidades civis destes.

Tais exemplos, contudo, nada têm a ver com a situação de tribos que, não desejando a emancipação, não devem ser pressionadas nes-

se sentido. A elas, e somente a elas, cabe a decisão.

Em suma, o sr. ministro do Interior precisa definir-se de uma vez por todas, não tergiversando, como o tem feito, sob a alegação de estar apenas provocando um debate sobre o tema. Na verdade, não podemos esquecer que são grandes os interesses em torno das terras indígenas, que as reservas já estão sendo invadidas, e que, em nome do progresso e do desenvolvimento da Amazônia, o direito dos silvícolas desprotegidos está sendo aviltado.

A Funai, as missões religiosas, os sertanistas e antropólogos estão vigilantes. Mas toda essa vigilância será inútil diante da posição dúbia do sr. ministro do Interior, a qual tende evidentemente a favorecer os mais fortes. E os mais fortes são os grandes proprietários de terras que avançam pela Amazônia. Tudo isto está muito claro para não ser visto por quem quer que seja. Muito menos pelo sr. Rangel Reis.